



PROMOÇÃO À SAÚDE MENTAL NA REDE DE ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE

Beatriz Silva Marques¹
Daniele Andrade de Sousa²
Daniela Trindade de Sousa³

Resumo: Este trabalho tem como objetivo identificar e analisar as abordagens existentes, considerando suas limitações e potencialidades, e propor novas estratégias para tornar mais eficaz o cuidado com a saúde mental dos usuários na rede de atenção básica de saúde. A motivação central desta pesquisa reside na necessidade de estratégias eficazes para enfrentar os riscos e desafios associados aos transtornos mentais, que têm representado um crescente desafio no contexto da saúde pública no Brasil. O projeto propõe a integração dos diversos profissionais da atenção básica no tratamento de questões relacionadas à saúde mental, visando fortalecer o acolhimento e promover uma abordagem multiprofissional. Além disso, enfatiza-se a importância da capacitação dos profissionais envolvidos, do fortalecimento dos vínculos entre os usuários e os serviços de saúde, bem como da promoção da participação social e do controle social nas decisões relacionadas à política pública para o setor. Este trabalho reforça a ideia de que a promoção da saúde mental não deve ser encarada como uma responsabilidade exclusiva dos profissionais especializados na área, mas sim como uma atribuição compartilhada por todos os integrantes da rede de atenção básica à saúde. Espera-se que as reflexões e propostas apresentadas aqui possam contribuir para o desenvolvimento de políticas e práticas mais eficazes no cuidado da saúde mental.

Palavras-chave: Promoção da saúde, atenção básica, saúde mental.

Abstract: This work aims to identify and analyze existing approaches, considering their limitations and potentialities, and propose new strategies to make the care of users' mental health in the primary healthcare network more effective. The central motivation of this research lies in the need for effective strategies to address the risks and challenges associated with mental disorders, which have represented a growing challenge in the context of public health in Brazil. The project proposes the integration of various professionals in primary care in the treatment of mental health issues, aiming to strengthen reception and promote a multiprofessional approach. Additionally, the importance of training the professionals involved, strengthening the bonds between users and healthcare services, as well as promoting social participation and social control in decisions related to public policy for the sector, is emphasized. This work reinforces the idea that the promotion of mental health should not be seen as the exclusive responsibility of specialized professionals in the field but rather as a shared task among all members of the primary healthcare network. It is hoped that the reflections and proposals presented here can contribute to the development of more effective policies and practices in mental health care.

Keywords: Health promotion, primary care, mental health.

¹ Discente do Curso de Bacharel em Enfermagem do Centro Universitário Estácio da Amazônia, biahsilvamarques@gmail.com.

² Discente do Curso de Bacharel em Enfermagem do Centro Universitário Estácio da Amazônia, danniandrade_@hotmail.com.

³ Docente do Curso de Bacharel em Enfermagem do Centro Universitário Estácio da Amazônia, daniela.sousa@estacio.br





1. INTRODUÇÃO

A promoção da saúde mental na rede de atenção básica representa um desafio crucial no panorama da saúde pública contemporânea. A saúde mental dos indivíduos é um componente essencial do seu bem-estar geral, e as estratégias eficazes para enfrentar os transtornos mentais e garantir a qualidade de vida tornaram-se imperativas. No contexto brasileiro, o aumento dos desafios relacionados à saúde mental tem chamado a atenção para a necessidade de abordagens inovadoras e abrangentes.

A saúde mental é um aspecto intrinsecamente ligado à saúde pública, uma vez que afeta não apenas o indivíduo, mas também sua comunidade e sociedade em geral. Transtornos mentais, como depressão e ansiedade, impactam significativamente a qualidade de vida e podem levar a consequências sérias, incluindo o suicídio. Portanto, a promoção da saúde mental não é apenas uma questão de bem-estar individual, mas também uma preocupação de saúde pública que requer atenção cuidadosa e estratégias eficazes.

No âmbito da Atenção Básica à Saúde, a Estratégia de Saúde da Família desempenha um papel central na prestação de cuidados de saúde. Equipes multiprofissionais estão envolvidas na abordagem de questões de saúde mental, considerando a importância da atenção integral e do tratamento multiprofissional. Além disso, a capacitação dos profissionais de saúde e o fortalecimento dos laços entre os usuários e os serviços são elementos fundamentais para garantir o sucesso das estratégias de promoção da saúde mental. (BRASIL, Ministério da Saúde, 2006)

Este estudo tem como objetivo central identificar e analisar a literatura científica nacional sobre estratégias de promoção da saúde mental na Atenção Básica à Saúde, com ênfase na Estratégia de Saúde da Família. A justificativa para essa investigação reside na observação de que, embora a saúde mental seja uma área essencial de cuidado, sua exploração e implementação na saúde da família, principalmente em relação aos trabalhadores da área, permanecem subexpostas.

Assim, este trabalho busca preencher essa lacuna ao examinar criticamente a produção de conhecimento sobre a promoção da saúde mental na Atenção Básica à Saúde, fornecendo insights valiosos para orientar políticas e práticas mais eficazes e abrangentes nessa área fundamental da saúde pública brasileira.





2. PERCUSO METODOLÓGICO

Neste estudo, foi empregada uma revisão integrativa de literatura (RIL) como método de pesquisa. Essa abordagem permite mapear e analisar abrangentemente a produção científica disponível em uma determinada área de investigação, proporcionando uma visão completa do conhecimento existente sobre o tema em questão. A RIL é particularmente adequada para sintetizar evidências de pesquisas prévias e identificar lacunas no conhecimento, fornecendo informações valiosas para orientar políticas e práticas na área de saúde.

A pesquisa foi conduzida com base na estratégia PICo (População, Intervenção, Contexto e Desfecho), que é uma abordagem estruturada para formular questões de pesquisa e definir os elementos-chave da pesquisa. No contexto deste estudo, os componentes da estratégia PICo foram definidos da seguinte forma: População (P): Trabalhadores e trabalhadoras integrantes e/ou assistidos pela Estratégia de Saúde da Família (ESF). Intervenção (I): Compreensão da produção de conhecimento em saúde do trabalhador.

Contexto (Co): O território abrangido pela Estratégia de Saúde da Família. Desfecho: Resultados e conclusões dos artigos relacionados às ações da ESF. A questão norteadora da pesquisa foi formulada como: "Como promover a saúde mental na rede básica de atenção à saúde?"

A coleta de dados foi realizada em bases de dados científicas nacionais, incluindo o Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Os critérios de inclusão adotados foram: 1. Publicações no formato de artigo; 2. Publicações no idioma português, dada a natureza da pesquisa na área de política de saúde brasileira; 3. Publicações com texto completo disponível online; 4. Publicações com datas compreendidas entre 2019 e 2023. Foram estabelecidos critérios de exclusão para: 1. Publicações que não respondiam diretamente à pergunta norteadora; 2. Publicações duplicadas; 3. Publicações do tipo revisões de literatura sobre a mesma temática.

Na terceira etapa da revisão integrativa de literatura, foram definidas as informações a serem coletadas, facilitando a categorização dos estudos. O instrumento de coleta de dados incluiu variáveis como título, ano de publicação, país de origem, base de dados, objetivos e temáticas prevalentes.

A estratégia de busca inicial envolveu o uso de Descritores em Saúde (DeCs) em formato de frase booleana, incluindo termos como "Saúde mental" AND "Rede básica de atenção à saúde". A busca foi complementada com a incorporação de novos termos de análise,



utilizando frases booleanas adicionais para abranger um espectro mais amplo de pesquisas relacionadas à saúde mental dos usuários da rede básica de atenção à saúde. A tabela com a representação de elegibilidade e inclusão de artigos na seleção dos estudos está disposto na Figura 1.

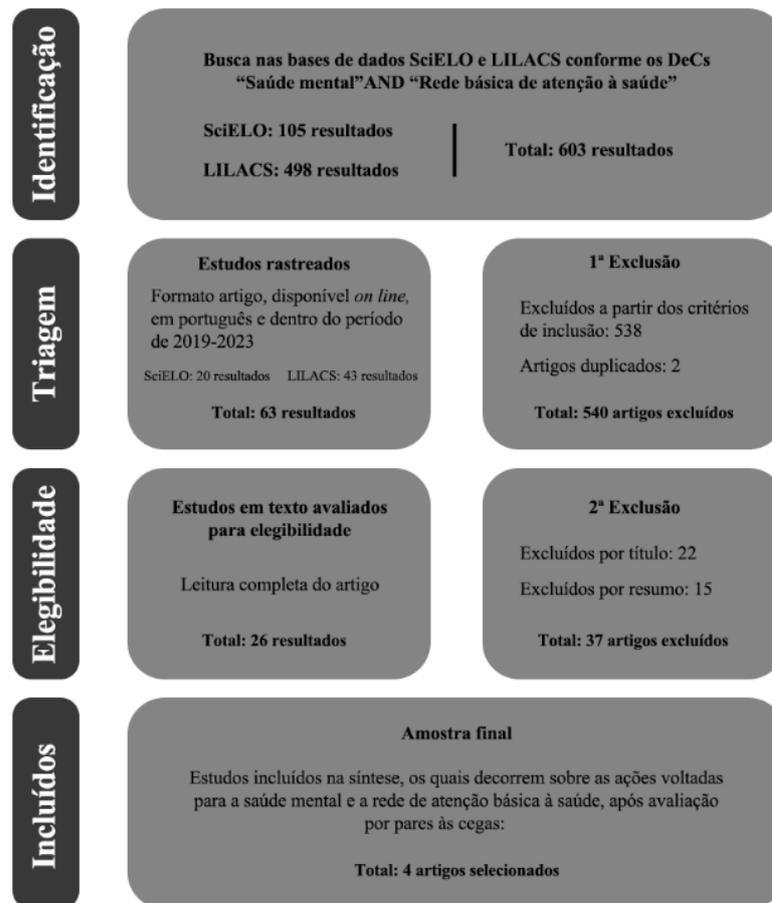


Figura 1. Fluxograma com representação de elegibilidade e inclusão de artigos na seleção dos estudos, 2023. Fonte: As autoras





Na quinta etapa deste estudo, foi realizada a análise dos estudos de forma detalhada e abrangente, adotando uma abordagem descritiva e interpretativa. Durante essa fase, foram considerados aspectos éticos e respeitadas as contribuições individuais dos autores, bem como os conceitos e definições apresentados em cada publicação. A seleção dos estudos relevantes ocorreu após a aplicação rigorosa dos critérios de inclusão e exclusão, inicialmente estabelecidos no processo de busca. Esta seleção envolveu a avaliação dos títulos e resumos das publicações identificadas, seguida pela análise completa de cada artigo. É importante destacar que o processo de avaliação foi conduzido por três pesquisadoras independentes, e apenas as publicações que atenderam aos critérios de pelo menos duas avaliadoras foram incorporadas ao corpus de análise.

A sexta etapa da revisão integrativa de literatura consiste na apresentação dos resultados de forma sintetizada, por meio da construção de um quadro sinóptico. Esse quadro tem como objetivo condensar e organizar os achados mais relevantes dos estudos selecionados, facilitando a compreensão e a análise comparativa. As variáveis escolhidas para compor este quadro foram as mesmas utilizadas na terceira etapa da revisão, incluindo informações como título, ano de publicação, país de origem, base de dados de onde foram obtidos, objetivos dos estudos e temáticas prevalentes abordadas por cada pesquisa.

Dessa forma, a análise dos estudos e a apresentação dos resultados seguiram um processo rigoroso e sistemático, visando garantir a qualidade e a confiabilidade das conclusões desta revisão integrativa de literatura.

3 RESULTADOS

Foram identificadas 603 publicações no total. Na primeira fase de seleção, consideramos apenas manuscritos que atendiam aos critérios de inclusão, o que resultou em uma amostra inicial de 63 artigos. Na segunda etapa, excluímos artigos duplicados, revisões de literatura e aqueles que não eram pertinentes à temática. Isso nos levou a uma amostra de 26 artigos. Após uma análise minuciosa dos resultados por pares, chegamos a uma amostra final de 4 artigos, como indicado na Figura 2.





| Artigo | Base de dados | Título | Ano de publicação | Objetivo | Temáticas prevalentes |
|--------|---------------|--|-------------------|--|--|
| 01 | SciELO | Contribuições de Agentes Comunitários de Saúde para a construção do perfil de usuários da Atenção Básica com necessidades de saúde mental | 2020 | Analisar a situação de saúde mental do município de Itabuna-BA, comparando informações fornecidas por ACS e pelo Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB). | Saúde mental; Rede Básica de Atenção à Saúde; Agentes comunitários de saúde; |
| 02 | SciELO | Saúde mental na atenção básica: percepção dos Agentes Comunitários de Saúde | 2023 | Conhecer a percepção dos Agentes Comunitários de Saúde em relação aos usuários da saúde mental e suas atividades nesse campo. | Saúde mental; Rede Básica de Atenção à Saúde; Agentes comunitários de saúde; |
| 03 | SciELO | Dificuldades no trabalho em saúde mental: percepção de trabalhadores do Núcleo de Apoio à Saúde da Família na Macrorregião Oeste de Minas Gerais | 2023 | Identificar e analisar, na percepção de profissionais do NASF, dificuldades no processo de construção de uma política de Saúde Mental (SM) na Atenção Básica em Saúde. | Atenção à Saúde Mental; Condições de trabalho; Atenção Primária à Saúde; |
| 04 | SciELO | Saúde mental na Atenção Primária: desafios para a resolutividade das ações | 2019 | Identificar os desafios enfrentados pelos profissionais para agregar resolutividade às ações de saúde mental desenvolvidas no âmbito da Atenção Primária. | Políticas Públicas de Saúde; Estratégia Saúde da Família; Saúde Mental; |

Figura 2 – Distribuição dos estudos segundo base de dados, título dos artigos, ano de publicação, objetivo e temáticas prevalentes. Fonte: As autoras.

4 DISCUSSÃO

Importância dos ACS na identificação de quadros psíquicos

O Agente Comunitário de Saúde (ACS) é diretamente confrontado com várias manifestações de sofrimento na população. Sua função transcende as responsabilidades atribuídas, uma vez que a vida no bairro persiste além do horário de expediente, durante feriados e nos fins de semana. Portanto, é relevante destacar que a atuação do ACS costuma envolver considerável comprometimento pessoal e interpessoal, podendo resultar em conflitos e desgaste emocional. (ROSA; BONFANTI; DE SOUSA CARVALHO, 2012)

Tanto o Artigo 1 quanto o Artigo 2 reconhecem a significativa contribuição dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) no contexto da saúde mental. Ambos destacam o papel crucial desempenhado por esses profissionais na identificação e acompanhamento de transtornos mentais, ressaltando sua atuação direta nas comunidades e sua participação em diversas atividades relacionadas à saúde mental, como a detecção de casos, agendamento de consultas





médicas, encaminhamentos para serviços especializados e promoção do uso adequado de medicamentos psiquiátricos.

No entanto, o Artigo 1 e o Artigo 2 também reconhecem desafios enfrentados pelos ACS. O Artigo 1 menciona a falta de treinamento e capacitação adequados no campo da saúde mental, que pode afetar a qualidade do atendimento. Enfatiza a necessidade de uma formação mais abrangente nessa área. O Artigo 2, por sua vez, destaca o desafio de identificar e lidar com pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas (SPA) devido a possíveis ameaças e retaliações, enfatizando a percepção social da periculosidade dos usuários de SPA.

Ambos os artigos também sublinham a importância da coordenação entre os serviços de atenção primária, como as Unidades Básicas de Saúde (UBS), e os serviços de saúde mental, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), para garantir o cuidado adequado aos pacientes com transtornos mentais. Eles destacam o papel essencial dos ACS como elos nessa coordenação do cuidado, fornecendo suporte tanto aos pacientes quanto às suas famílias.

Promoção à saúde mental na rede de atenção básica de saúde

A saúde mental sempre foi pioneira na produção de novas formas de cuidado, onde se destacam os projetos terapêuticos (PT), que procuram individualizar o indivíduo ou o coletivo com um conjunto de propostas terapêuticas articuladas com uma equipe multidisciplinar e com a participação do assunto (Brasil, 2007).

O Artigo 1 se concentra na contribuição dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) na promoção da saúde mental. Ele destaca a importância desses profissionais na identificação e acompanhamento de pacientes com transtornos mentais. Os ACS desempenham um papel crucial na comunidade, auxiliando na detecção de casos, agendamento de consultas, encaminhamentos e na promoção do uso adequado de medicamentos psiquiátricos. No entanto, o artigo também reconhece desafios, como a falta de treinamento específico em saúde mental, o que pode afetar a qualidade do atendimento prestado.

Por outro lado, o Artigo 3 se concentra nos desafios enfrentados pelos profissionais de Saúde Mental que atuam nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF). Este artigo destaca as dificuldades relacionadas às condições de trabalho desses profissionais, incluindo precárias formas de contratação, alta rotatividade, falta de estabilidade e baixa remuneração. Além disso, ressalta a resistência persistente ao modelo biomédico, as dificuldades no manejo de casos graves e a falta de investimento em Educação Permanente em Saúde (EPS).





Em contraponto, o Artigo 1 enfatiza o papel ativo dos ACS na promoção da saúde mental, destacando sua proximidade com as comunidades e a importância da coordenação entre a atenção primária e os serviços de saúde mental. No entanto, ressalta a necessidade de capacitação para melhorar o atendimento.

Por outro lado, o Artigo 3 destaca as condições adversas de trabalho enfrentadas pelos profissionais dos NASF e os desafios sistêmicos, como a resistência ao modelo de atendimento, destacando a necessidade de mudanças na estrutura e nas políticas de saúde mental na atenção básica.

Desafios em relação à saúde mental nas UBS

Os desafios relacionados à saúde mental nas UBS incluem a não adesão ao tratamento por parte das pessoas com transtornos mentais, percebida pelos profissionais como um obstáculo para a eficácia das ações. A descontinuidade do tratamento também é destacada como um desafio, influenciada por fatores econômicos, recusa do paciente em aderir ao tratamento devido ao estigma social, e negligência e abandono por parte da família. (ROTOLO et al., 2019)

Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080/1990), passou a regulamentar serviços e ações de saúde em território nacional, decretada após 2 anos de sua inclusão no sistema nacional, um conjunto de fatores foi identificado onde a compõem, tais como: alimentação de qualidade, higiene básica, condições de vida, acesso à educação, trabalho e renda, transporte e lazer e bens e serviços básicos, incluindo serviços de segurança pública e saúde. Esta lei contém o conceito ampliação do sistema de saúde, bem como a criação do SUS - Sistema Único de Saúde, o governo federal, que estabeleceu em seus artigos os princípios e diretrizes que o fundamentam o funcionamento do sistema público de saúde no território do estado, definindo o que é a responsabilidade de cada ente federado, ou seja, qual é a responsabilidade da União, dos estados e municípios (BRASIL, 1990).

Nesse sentido, o Sistema Único de Saúde (SUS) aproxima todos os serviços de saúde prestados por instituições públicas federais, estaduais e municipais através da administração direta e indireta, bem como de fundações mantidas pelo poder público. Cuidados de saúde adicionais também podem fazer parte do sistema, embora as autoridades públicas mantenham o poder de dirigir, controlar e supervisionar serviços prestados (MATEUS et al., 2008).

Nesse sentido, o artigo 4 aborda uma série de desafios inerentes à prestação de serviços de saúde mental nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) que incluem:





1. **Carência de Fundamentação Teórica entre os Profissionais:** O texto destaca que muitos profissionais de saúde nas UBS carecem de conhecimento teórico adequado para lidar com pacientes que apresentam transtornos mentais. Eles frequentemente se veem incapazes de reagir de forma apropriada em situações de emergência psiquiátrica e de identificar reações adversas relacionadas às medicações utilizadas por indivíduos com transtornos mentais.
2. **Necessidade de Aprimoramento e Capacitação:** A necessidade de mais treinamento e capacitação para enfrentar desafios ligados à saúde mental é ressaltada. Os profissionais argumentam que programas de Educação Permanente seriam cruciais para dotá-los do conhecimento necessário para uma abordagem eficaz dos indivíduos com transtornos mentais.
3. **Encaminhamentos para Serviços Especializados:** É apontado que os profissionais frequentemente direcionam pacientes com transtornos mentais para centros de atenção psicossocial (CAPS) ou hospitais, considerando esses locais como especializados em saúde mental. No entanto, eles parecem não reconhecer plenamente a capacidade das UBS de prestar atenção adequada a essas pessoas, o que resulta em uma abordagem de transferência de responsabilidades.
4. **Comunicação Inter setorial e Gestão:** Os desafios relacionados à comunicação entre os diversos serviços de saúde que atendem pacientes com transtornos mentais são ressaltados. Essa falha na comunicação gera descoordenação nos encaminhamentos e tratamentos. Os profissionais enfatizam a importância da participação dos gestores municipais na organização dos serviços de saúde e na promoção de políticas municipais voltadas para a saúde mental.
5. **Não Adesão ao Tratamento:** A não adesão dos pacientes aos tratamentos é identificada como um desafio relevante. Alguns pacientes não aceitam sua condição de saúde mental, escondem seus diagnósticos e podem interromper o tratamento. Além disso, a falta de continuidade no tratamento, devido a questões econômicas, como o custo dos medicamentos, e a negligência e o abandono por parte das famílias, têm um impacto adverso na eficácia das ações relacionadas à saúde mental.

Para o Sistema Único de Saúde (SUS), as UBS desempenham um papel crucial na oferta de cuidados de saúde mental em nível primário. Além disso, o Ministério da Saúde e o SUS têm programas específicos para promover a saúde mental e tratar transtornos mentais, como o





Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), que busca aprimorar os serviços oferecidos nas UBS.

Entretanto reconhece desafios comuns em relação à saúde mental nas UBS incluem a falta de profissionais de saúde mental capacitados, a estigmatização dos transtornos mentais, a necessidade de integração da atenção à saúde mental com outros serviços de saúde e a promoção de estratégias de prevenção e promoção da saúde mental.

5 CONSIDERAÇÕES

O estudo abordou aspectos essenciais relacionados à promoção à saúde mental na rede de atenção básica de saúde, com ênfase no papel dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e nos desafios encontrados no contexto das Unidades Básicas de Saúde (UBS). É evidente que os ACS desempenham um papel fundamental na identificação, acompanhamento e promoção da saúde mental em suas comunidades. Eles são os elos entre os pacientes e os serviços de saúde, auxiliando na detecção de casos, agendamento de consultas, encaminhamentos e na promoção do uso adequado de medicamentos psiquiátricos.

Entretanto, esse cenário não está isento de desafios. A falta de treinamento adequado em saúde mental entre os ACS é um obstáculo que afeta diretamente a qualidade do atendimento. É imprescindível que se invista na capacitação desses profissionais, fornecendo-lhes as ferramentas teóricas e práticas necessárias para lidar com situações relacionadas à saúde mental.

Além disso, a integração eficaz entre os serviços de atenção primária, como as UBS, e os serviços de saúde mental, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), é crucial para garantir um atendimento adequado aos pacientes com transtornos mentais. Os ACS desempenham um papel vital como facilitadores nessa coordenação do cuidado, fornecendo suporte tanto aos pacientes quanto às suas famílias.

Os desafios encontrados nas UBS incluem a carência de fundamentação teórica entre os profissionais de saúde, a necessidade de aprimoramento e capacitação, os encaminhamentos frequentes para serviços especializados, a falta de comunicação intersetorial e a gestão, bem como a não adesão ao tratamento por parte dos pacientes e suas famílias. A resolução desses desafios requer esforços conjuntos de profissionais, gestores e formuladores de políticas de saúde, com ênfase na capacitação, na integração de serviços e na promoção de estratégias de prevenção e promoção da saúde mental.



Nesse contexto, o Sistema Único de Saúde (SUS) desempenha um papel fundamental na oferta de cuidados de saúde mental em nível primário. Programas específicos, como o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB), visam aprimorar os serviços oferecidos nas UBS, incluindo aqueles relacionados à saúde mental.

A promoção à saúde mental na rede de atenção básica de saúde é uma necessidade premente, e a superação dos desafios apresentados neste estudo é fundamental para garantir que as comunidades tenham acesso a cuidados de saúde mental de qualidade. O comprometimento com a capacitação, a coordenação eficaz entre os serviços e a promoção de estratégias preventivas e de promoção da saúde mental são passos cruciais na construção de um sistema de atenção básica que atenda às necessidades de todos os cidadãos, promovendo uma melhor qualidade de vida e bem-estar mental.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, A. P. E.; VIEIRA, A. C. D.; ALMEIDA, F. A. Núcleo de Apoio à Saúde da Família e os desafios para a saúde mental na atenção básica. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, e290405, 2019.

Amarante P. Saúde mental e atenção psicossocial. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2007.

ARAÚJO, C. B.; NETO, J. L. F. Apoio matricial do NASF: uma revisão sistemática de literatura.

Psicologia em Revista, v. 25, n. 2, p. 626-646, maio 2019.

Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 2006.

BARROS, J. O. et al. Estratégia do apoio matricial: a experiência de duas equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) da cidade de São Paulo, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, n. 9, p. 2847-2856, set. 2015.

Bosi MLM, Mercado FJ. Avaliação qualitativa de programas de saúde: enfoques emergentes. Petrópolis: Vozes; 2006.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). Portaria nº2.436, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da atenção básica. Diário Oficial da União 2017; 22 set.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE. Política de Educação e Desenvolvimento para o SUS: caminhos para a Educação Permanente em Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 68 p. (Série C. Projetos, Programas e Relatórios).



Campos GWS, Pereira Júnior N. A Atenção Primária e o Programa Mais Médicos do Sistema Único de Saúde: conquistas e limites. *Cien Saúde Colet* 2016; 21(9):2655-2663.

Costa-rosa A, Luzio C, Yasui S. Atenção psicossocial - rumo a um novo paradigma na Saúde Mental Coletiva. In: Amarante P. *Archivos de Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. Rio de Janeiro: Nau; 2003. p. 13-44.

CRUZ, N. F. O.; GONCALVES, R. W.; DELGADO, P. G. G. Retrocesso da reforma psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. *Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, e00285117, 2020.

Dalgalarrondo P. *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed; 2008.

FIGUEIREDO, M. D.; CAMPOS, R. O. Saúde Mental na atenção básica à saúde de Campinas, SP: uma rede ou um emaranhado? *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 129-138, fev. 2009.

Franco FF, Ferla AA. Saúde mental e atenção básica no cuidado aos usuários de álcool e outras drogas. *Interface (Botucatu)*. 2017;21(63):833-44. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-57622016.0270>

GAMA, C. A. P. et al. A implantação da rede de atenção psicossocial na Região Ampliada de Saúde Oeste de Minas Gerais-BR. *Cad. saúde colet.*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 278-287, jun. 2020.

Gonçalves M Jr, Tobias GC, Teixeira CC. Saúde mental na atenção primária à saúde. *Rev Atenção Saúde*. 2019;17(60):101-16.

Jorge MS, Pinto DM, Quinderé PH, Pinto AG, Sousa FS, Cavalcante CM. Promoção da saúde mental - tecnologias do cuidado: vínculo, acolhimento, co-responsabilização e autonomia. *Cien Saúde Colet*. 2011;16(7):3051-60. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000800005> PMID:21808893.

Jucá VJ, Nunes MO, Barreto SG. Programa de Saúde da Família e Saúde Mental: impasses e desafios na construção da rede. *Cien Saude Colet* 2009; 14(1):173- 182.

LEITE, D. F.; OLIVEIRA, M. A. C.; NASCIMENTO, D. D. G. O Trabalho do Núcleo de Apoio à Saúde da Família na perspectiva dos trabalhadores. *Ciência, Cuidado e Saúde*, v. 15, n. 3, p. 553-560. Jul/set. 2016.

Melo EA, Miranda L, Silva AM, Limeira RMN. Dez anos dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF): problematizando alguns desafios. *Saude Debate* 2018; 42(n. esp. 1):328-340.

Morosini MVGC, Fonseca AF, Lima LD. Política Nacional de Atenção Básica 2017: retrocessos e riscos para o Sistema Único de Saúde. *Saude Debate* 2018; 42(116):11-24.

Moura RFS, Silva CRC. Silva CRdC. Saúde mental na atenção básica: sentidos atribuídos pelos Agentes Comunitários de Saúde. *Psicologia (Cons Fed Psicol)*. 2015;35(1):199-210. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3703001832013>

Pereira MAO, Barbieri L, Praciano de Paula V, Franco MSP. Saúde mental no Programa de Saúde da Família: conceitos dos agentes comunitários sobre o transtorno mental. *Rev Esc Enferm USP* 2007; 41(4):567-572.



Rézio LA, Oliveira AGB. Equipes e condições de trabalho nos Centros de Atenção Psicossocial em Mato Grosso. Esc Anna Nery. 2010;14(2):346-54. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-81452010000200019>

ROTOLI, A. et al. Saúde mental na Atenção Primária: desafios para a resolutividade das ações. Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, e20180303, 2019.

Santos GA, Nunes MO. O cuidado em saúde mental pelos agentes comunitários de saúde: o que aprendem em seu cotidiano de trabalho? Physis. 2014;24(1):105-25. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312014000100007>

Silva CB, Santos JE, Souza RC. Estratégia de apoio em saúde mental aos Agentes Comunitários de Saúde de Salvador – BA. Saude Soc. 2012;21(1):153-60. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902012000100015>

Souza LGS, Menandro MCS, Couto LLM, Schimith PB, Lima RP. Saúde mental na estratégia saúde da família: revisão da literatura brasileira. Saúde Soc. 2012;21(4):1022-34. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902012000400019>

Souza MLP. Registro de distúrbios mentais no Sistema de Informação da Atenção Básica do Brasil, 2014. Epidemiol Serv Saude. 2016;25(2):405-10. <http://dx.doi.org/10.5123/s1679-49742016000200018>. PMID:27869957

Souza RC, Scatena MCM. Possibilidades e limites do cuidado dirigido ao doente mental no Programa de Saúde da Família. Rev. Baiana Saúde Pública 2007;31(1):147-160.

Starfield B. Atenção Primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasília: UNESCO, MS; 2002.

Tanaka OY, Lauridsen-Ribeiro E. Desafio para a Atenção Básica: incorporação da assistência em saúde mental. Cad Saude Publica 2006; 22(9):1845-1853.

Tesser CD, Poli Neto P, Campos GWS. Acolhimento e (des)medicalização social: um desafio para as equipes de saúde da família. Cien Saude Colet 2010; 15(Supl. 3)

